



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**MARCOS ANTÔNIO OLÍMPIO QUEIROGA SEGUNDO**

**UM ESTUDO SOBRE O NÍVEL DE INFORMAÇÃO ACERCA DA  
CONTABILIDADE AMBIENTAL ADQUIRIDO PELOS  
CONCLUDENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE UMA  
IES PÚBLICA**

**SOUSA - PB  
2009**

**MARCOS ANTÔNIO OLÍMPIO QUEIROGA SEGUNDO**

**UM ESTUDO SOBRE O NÍVEL DE INFORMAÇÃO ACERCA DA  
CONTABILIDADE AMBIENTAL ADQUIRIDO PELOS  
CONCLUDENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE UMA  
IES PÚBLICA**

**Monografia apresentada ao Curso de  
Ciências Contábeis do CCJS da  
Universidade Federal de Campina  
Grande, como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharel em  
Ciências Contábeis.**

**Orientadora: Professora Esp. Cristiane Queiroz Reis.**

**SOUSA - PB  
2009**

**MARCOS ANTÔNIO OLÍMPIO QUEIROGA SEGUNDO**

**UM ESTUDO SOBRE O NÍVEL DE INFORMAÇÃO ACERCA DA  
CONTABILIDADE AMBIENTAL ADQUIRIDO PELOS  
CONCLUDENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE UMA  
IES PÚBLICA.**

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada na forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – PB, Campus Sousa.

Monografia aprovada em 11 / 12 / 2009

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Esp. Cristiane Queiroz Reis – Orientadora.  
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

---

Prof. Msc. Thaiseany de Freitas Rêgo - Membro  
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

---

Prof. Fabiano Ferreira Batista - Membro  
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

SOUSA – PB  
2009

Dedico este trabalho a todos os que me amam, a minha avó Tereza Queiroga de Sousa, a meus pais Marcos Antônio e Lúcia Queiroga, e a meus irmãos Luciana e Moama.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por ter iluminado o meu caminho para concretização deste sonho.

A minha avó Tereza Queiroga, por ter cuidado de mim durante toda minha vida e ter acreditado no meu potencial para realização deste sonho.

Aos meus pais e irmãos por me compreenderem e estarem sempre comigo.

A minha orientadora Cristiane Queiroz Reis pela dedicação, compreensão e apoio para conclusão deste trabalho.

A todos os professores que mim ensinaram tudo que sei sobre o curso.

Aos meus amigos que fiz no curso de Ciências Contábeis, e que levarei a amizade por toda a minha vida.

## RESUMO

Esta pesquisa consistiu em identificar as informações adquiridas pelos concludentes do curso de Ciências Contábeis acerca das peculiaridades da Contabilidade Ambiental em uma IES pública da cidade de Sousa/PB. Em um nível mais detalhado apresentou os conceitos e principais peculiaridades da Contabilidade Ambiental, bem como se identificou o grau de compreensão dos concludentes acerca da Contabilidade Ambiental. Inicialmente desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, seguido de um estudo de caso em uma IES pública em Sousa/PB. Os dados foram coletados através da aplicação de questionários juntos aos alunos selecionados para amostra. A análise dos resultados foi feita de forma descritiva, apontando as informações adquiridas pelos concludentes do curso de Ciências Contábeis demonstrados nos dados onde apresentam que a maioria dos entrevistados tem uma boa percepção sobre Contabilidade Ambiental e que 84,51% dos entrevistados já participaram de eventos ou palestras na área ambiental e consideram a literatura existente clara e objetiva e 76,05% dos entrevistados responderam corretamente as perguntas a respeito das peculiaridades da Contabilidade Ambiental.

**Palavras-chave:** Contabilidade Ambiental. Informações Ambientais. Concludentes.

## ABSTRACT

This research consisted of identifying the level of acquired information for the dissents exits of the course Accounting Sciences concerning the peculiarities of the Environmental Accounting in na IES publishes of the city of Sousa/PB. In a more detailed level it presented the concepts and main peculiarities of the Environmental Accounting as well as they identified the degree of understanding of the dissents exits concerning the Environmental Accounting. Initially grew a bibliographical research on the theme, later it was made a case study in an IES publishes of the city of Sousa/PB. The data were collected though the application of the together questionnaires to the student selected for sample. Analyze of the results was done in a descriptive way, where the good level of acquired information was pointed by the students exits of the course of accounting sciences demonstrated in the data where present that most of the interviewees has a good perception about Environmental Accounting and that 84,51% of the interviewees already participated in events or lectures in the environmental area and they consider the clear existent literature and 76,05% of the interviewees answered the questions correctly the about of the peculiarities of the Environmental Accounting.

**Word-key:** Environmental Accountung. Environmental Informations. Dissents.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	Cursaram disciplinas correlatas à Contabilidade e Educação Ambiental.....	45
<b>Tabela 2</b>	O número de disciplinas correlatas a Contabilidade e Educação Ambiental já cursadas.....	46
<b>Tabela 3</b>	Participaram em palestras ou eventos na área de Contabilidade Ambiental.....	46
<b>Tabela 4</b>	A literatura de Contabilidade Ambiental aborda de forma objetiva e clara o assunto.....	47
<b>Tabela 5</b>	Nível de informação em relação Contabilidade Ambiental.	47
<b>Tabela 6</b>	Nível de importância atribuído a Contabilidade Ambiental para formação do novo profissional contábil.....	48
<b>Tabela 7</b>	Peculiaridades da Contabilidade Ambiental.....	48

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Eventos Ambientais e suas Consequências .....	23
<b>Quadro 2</b>	Problemas Ambientais.....	24
<b>Quadro 3</b>	Legislação Ambiental.....	41

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	Gênero dos Entrevistados.....	44
<b>Gráfico 2</b>	Faixa Etária dos Entrevistados.....	44
<b>Gráfico 3</b>	Entrevistados que Trabalham.....	45

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
1.1	Tema e Problema.....	13
1.2	Justificativa do Estudo.....	14
1.3	Objetivos.....	15
1.3.1	<i>Objetivo Geral</i> .....	15
1.3.2	<i>Objetivos Específicos</i> .....	15
1.4	Procedimentos Metodológicos.....	16
1.4.1	<i>Tipologia da Pesquisa Quanto aos Objetivos</i> .....	16
1.4.2	<i>Tipologia da Pesquisa Quanto aos Procedimentos</i> .....	16
1.4.3	<i>Tipologia da Pesquisa Quanto à Abordagem do Problema</i> .....	17
1.4.4	<i>Universo da Pesquisa</i> .....	18
1.5	Organização do Trabalho.....	18
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	19
2.1	Contabilidade Ambiental: Origem, Conceito e Evolução.....	19
2.2	A Contabilidade e o Meio Ambiente.....	21
2.2.2	<i>Conseqüências e Problemas Ambientais</i> .....	22
2.2.3	<i>Evolução das Necessidades de Informações Ambientais</i> .....	25
2.3	Custos, Ativos, Passivos, Receitas e Despesas Ambientais.....	26
2.3.1	<i>Custos Ambientais</i> .....	26
2.3.2	<i>Ativo Ambiental</i> .....	27
2.3.3	<i>Passivo Ambiental</i> .....	28
2.3.4	<i>Despesa Ambiental</i> .....	31
2.3.5	<i>Receita Ambiental</i> .....	32
2.4	Evidenciação das Informações Ambientais.....	33
2.4.1	<i>Conteúdos e Objetivos da Evidenciação</i> .....	35
2.4.2	<i>Formas de Evidenciação</i> .....	38
2.5	Auditoria Ambiental.....	39
2.6	Legislação Ambiental.....	41
<b>3</b>	<b>APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	43
3.1	Perfil dos Entrevistados.....	43

3.2	Análise das Informações Coletadas.....	45
4	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>50</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>51</b>
	<b>APÊNDICE A – Questionário 1.....</b>	<b>56</b>
	<b>APÊNDICE B – Questionário 2.....</b>	<b>57</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nos dias de hoje, vivencia-se sérios problemas decorrentes da ação humana no meio ambiente, os quais estão causando danos cada vez mais irreparáveis, e o mundo vem sofrendo as consequências disso.

A contabilidade vem se preocupando com o meio ambiente e os constantes problemas ambientais que vem acontecendo em todo mundo. As empresas preocupadas com a reputação no meio social passaram a desenvolver políticas e normas internas aplicadas na exploração e utilização do meio ambiente, em busca da riqueza patrimonial das células sociais, utilizando-se da responsabilidade que o conhecimento contábil possui perante o homem e o planeta.

Com o surgimento da Contabilidade Ambiental, passou-se também ao registro do patrimônio ambiental (bens, direitos e obrigações) de determinada entidade expressos monetariamente, além da preocupação em melhorar a qualidade de vida e, com bastante empenho aos poucos vem desempenhando um trabalho no intuito de reparar os danos causados ao meio ambiente.

### 1.1 Tema e Problema

Os profissionais de todas as áreas de atuação estão cada vez mais preocupados em desenvolver as suas atividades interagindo com o meio ambiente de forma a atenuar as agressões que são praticadas pelos agentes degradantes do meio natural. Dentre estes profissionais estão os da classe contábil, que pode contribuir com esta causa, pois segundo Franco (1999; p.64):

O profissional de contabilidade não pode ficar indiferente a essa problemática do mundo moderno, porque sua atividade está intimamente relacionada com as empresas. E sendo as empresas, muitas vezes, poluidoras, possuem um elevado poder para contribuir com ações para solucionar os problemas ecológicos.

Com isso surge uma nova especialização da Contabilidade, denominada de Contabilidade Ambiental com o objetivo de apresentar os resultados das atividades das empresas relacionadas com o meio ambiente, por ser a Contabilidade segundo Paiva (2003, p.10) “o principal instrumento de comunicação da empresa com a comunidade”.

Baseado nestas informações o estudo buscou responder a seguinte pergunta: Qual a informação acerca das peculiaridades da Contabilidade Ambiental adquirido pelos concludentes do curso de Ciências Contábeis de uma IES pública?

## **1.2 Justificativa do Estudo**

A Contabilidade esta sempre em evolução, para melhor informar aos seus usuários sobre as variações patrimoniais ocorridas nas entidades econômico-administrativas. Nos dias de hoje, o respeito ao meio ambiente é fator vital para a sobrevivência do sistema produtivo, que precisa de informações, quantitativas ou qualitativas, sobre custos, passivos e ativos ambientais, como base para as tomadas de decisões.

Com isso a principal razão da escolha pela disciplina de Contabilidade Ambiental está justificada na sua aplicabilidade nas empresas, é a preocupação com o meio ambiente e os constantes problemas ambientais que vêm acontecendo em todo o mundo. As empresas preocupadas com a reputação no meio social passaram a desenvolver políticas e normas internas aplicadas na exploração e utilização do meio ambiente, em busca da riqueza patrimonial das empresas, utilizando-se da responsabilidade que o conhecimento contábil possui perante o homem e o planeta.

Isso Justifica a escolha por estudar os concludentes do curso de Ciências Contábeis a cerca da importância de terem os conhecimentos sobre a Contabilidade Ambiental, por serem esses futuros profissionais que irão estar no mercado de trabalho e irá dessa forma atender às necessidades das empresas a respeito das informações geradas pela contabilidade acerca das questões ambientais.

A relevância da pesquisa está na grande preocupação a nível mundial com os problemas ambientais e conseqüentemente com a sustentabilidade ambiental,

principalmente no Brasil, que é um país que tem uma grande disponibilidade de recursos naturais e uma boa perspectiva de desenvolvimento econômico. Portanto, a Contabilidade surge como uma ferramenta importantíssima para ser utilizada pelos gestores na tomada de decisões com vistas a garantir a sustentabilidade em seus projetos empresariais.

### **1.3 Objetivos**

#### *1.3.1 Objetivo geral*

Segundo Silva (2006, p.51) nos objetivos gerais “o pesquisador estabelece o que se espera conseguir com sua investigação e define aonde pretende chegar”. Sob este aspecto, esse estudo buscou:

Identificar o nível de informação dos discentes egressos do curso de Ciências Contábeis acerca das peculiaridades da Contabilidade Ambiental.

#### *1.3.2 Objetivos específicos*

Após ser definido o objetivo geral traçar-se os específicos que para Beuren (2008, p.65) “devem descrever ações pormenorizadas, aspectos específicos para alcançar o objetivo geral estabelecido”. Então para atender o objetivo geral definimos os seguintes objetivos específicos:

- Expor os conceitos da Contabilidade Ambiental.
- Apresentar as principais peculiaridades da Contabilidade Ambiental.
- Traçar o perfil dos concludentes, suas competências e habilidades.

- Identificar o grau de compreensão dos discentes egressos acerca da Contabilidade Ambiental.

## **1.4 Procedimentos Metodológicos**

### *1.4.1 Tipologia da Pesquisa Quanto aos Objetivos*

De acordo com os objetivos esta pesquisa é classificada em Exploratória e descritiva. Exploratória por aprofundar conhecimentos dando uma maior clareza. Para Beuren (2008, p.81) “explorar um assunto significa reunir mais conhecimentos e incorporar características inéditas, bem como buscar novas dimensões até então não conhecida.” Então é uma Pesquisa Exploratória por ser desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato. (GIL, 1999 apud BEUREN, 2008, p. 80).

É descritiva por descrever fatos ou características da população alvo, que para Silva (2006, p. 251) “os dados coletados neste tipo de pesquisa possuem técnicas padronizadas, como questionários e observação sistêmica”.

Então para o desenvolvimento deste estudo utilizou-se a técnica da aplicação de questionários, que para o estudo foram dois, onde foi aplicado o primeiro após recolhidos, em seguida aplicou-se o segundo de forma intencional, para não influenciar as respostas.

### *1.4.2 Tipologia da Pesquisa Quanto aos Procedimentos*

Quanto aos procedimentos a pesquisa é classificada como Estudo de Caso conceituado por Gil (1999, p.73) como:

Estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados.

É também bibliográfica por fazer um levantamento acerca da teoria do estudo realizado por outros autores, ou seja, estudo feito com base em publicações (livros, artigos, revistas etc).

#### *1.4.3 Tipologia da Pesquisa Quanto à Abordagem do Problema*

Quanto a abordagem do problema é classificada com qualitativa e quantitativa. Qualitativa, pois segundo Richardson (1999, p.80), este tipo de pesquisa “contribui no processo de mudanças de determinado grupo e possibilita em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos, e Beuren (2008, p. 92) complementa que este tipo de pesquisa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo haja vista a superficialidade deste último.

É também quantitativa como menciona Richardson (1999, p. 70):

Caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc.

Corroborando com o conceito do autor este estudo utilizou-se das técnicas estatísticas para uma melhor apresentação, análise e compreensão dos dados coletados.

#### *1.4.4 Universo da pesquisa*

Segundo Silva (2006, p. 73) “o universo da pesquisa é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum” e Beuren (2008, p. 118) completa que “possuem determinadas características comumente e utilizada ao se referir a todos os habitantes de determinado lugar”, com isso o nosso universo no estudo foram os discentes concludentes do curso de Ciências Contábeis de uma IES pública da Cidade de Sousa/PB, que estão regularmente matriculados e cursando o último período do curso, que de acordo com o universo são 71 concludentes, no período de 2009.2 na IES.

### **1.5 Organização do Trabalho**

Levando em consideração o problema a ser pesquisado e os objetivos traçados, o estudo foi dividido em quatro capítulos.

O primeiro capítulo aborda a introdução, o problema da pesquisa, a justificativa, os objetivos e procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento deste estudo.

O segundo capítulo apresenta o referencial teórico do estudo apresentando a contabilidade desde sua origem, passando pelo surgimento da Contabilidade Ambiental e aprofundando nos conceitos peculiares desta área, finalizando com a legislação e auditoria ambiental.

O terceiro capítulo trata sobre o perfil dos alunos pesquisados além dos dados coletados e a análise dos resultados obtidos na pesquisa.

O quarto e último capítulo trata das conclusões e recomendações propostas para futuros estudos na área.

## 2 REFERENCIAL TEORICO

### 2.1 Contabilidade Ambiental: Origem, Conceito e Evolução

A origem da Contabilidade está diretamente ligada às necessidades humanas de quantificar riquezas, naquele momento, sem nenhum valor agregado. Era limitada a acumular valores em prática única em suas origens, acompanhou a evolução do homem, adaptando-se primeiramente, à realidade da era mercantilista, onde os elementos fundamentais do período - os estoques – demandavam controles mais apurados e demonstração dos resultados obtidos.

O surgimento de oficinas, atividades artesanais domésticas, pequenas fábricas, energia a vapor, ferrovias e a evolução das máquinas consolidaram o início da Era Industrial, estimulando os avanços tecnológicos experimentados pelo mundo, desde então. (TINOCO e KRAEMER, 2004)

Na área financeira a Contabilidade primou pelo seu caráter de prestação de contas, primeiro aos sócios, depois abrangeu, com objetivo de angariar recursos e justificar a utilização do capital externo, proveniente de bancos, fornecedores, acionista e ao fisco representado pelo governo.

Nos últimos anos a degradação ambiental surge como um fator relevante, que tem sido objeto de atenção por parte de vários segmentos governamentais, empresariais e sociais. Existem entidades que estão cada vez mais preocupadas em melhorar a qualidade de vida e, com bastante empenho, aos poucos vêm desempenhando um trabalho no intuito de reparar os danos causados ao meio ambiente.

Segundo Ferreira (2003, p. 59):

Ao se depararem com problemas de gestão relativos ao meio ambiente, os gestores passaram a requerer da contabilidade informações financeiras que os ajudassem nesse trabalho e para as

quais os contadores, de modo geral não se encontravam (encontram) preparados.

Diante desta nova necessidade, surge uma temática da contabilidade denominada de Contabilidade Ambiental conceituada por Carvalho (2007) como uma ciência que registra e evidencia todos os fatos relacionados com o meio ambiente.

Ribeiro (2006, p.45) complementa, que os objetivos da Contabilidade Ambiental são:

[...] identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando a evidenciação da situação patrimonial de uma entidade.

É fundamental a importância da avaliação e evidenciação dos eventos econômico-financeiros relacionados com a área ambiental e que afetam o estado patrimonial e o resultado das empresas, sendo alvo de preocupação específica da Contabilidade, que tem como objetivo melhorar e subsidiar a avaliação de desempenho e a tomada de decisão, como também dar subsídios na condução das medidas fundamentais para a preservação e proteção do meio ambiente, além de contribuir para o processo de compatibilidade com o desenvolvimento econômico sustentável.

Com isso é preciso, incluir as causas sociais no quadro das relações organizacionais, envolvendo administradores eficientes, contadores com conhecimento profundo da causa, governo firme e comprometido com o bem estar social, sociedade informada e empenhada na defesa do seu *habitat*, e por último, empresas interessadas na perpetuação da vida no planeta e também da sua reputação no mundo globalizado.

## 2.2 A Contabilidade e o Meio Ambiente

Para Ribeiro (1992) a Contabilidade como ferramenta de comunicação entre empresa e sociedade está inserida nas causas ambientais. As Instituições oficiais de controle ambiental estão atentas às informações relativas aos efeitos da poluição sobre o meio ambiente, enquanto que os credores e os bancos estão interessados nas informações ambientais que podem afetar a liquidez da instituição e sua continuidade.

O sistema de informação de uma empresa com relação ao meio ambiente, não deve ficar restrito a um grupo de usuários, e sim à sociedade, começando pelos seus colaboradores. E a Contabilidade não pode ficar alheia ao assunto, a fim de mensurar o sucesso na realização dos objetivos da empresa e não apenas na sua lucratividade.

As discussões sobre as responsabilidades sociais das empresas começaram a se intensificar a partir da década de 60, surgindo desses debates o termo Contabilidade de Responsabilidade Social, dando uma nova dimensão à Contabilidade, com o objetivo de mostrar a responsabilidade da empresa na área social, visando a informação sobre a natureza e formas de contribuição social, dando novos desafios à Contabilidade para auxiliar à administração no tratamento dos problemas contábeis e financeiros, decorrentes das normatizações legais originadas dos padrões ambientais. (NOMURA e PINHEIRO, 2006)

É relevante a preocupação em se buscar alternativas viáveis para recuperar o meio ambiente e proteger aquilo que ainda não foi degradado.

Já existem várias correntes ideológicas e consciência social que condenam as agressões sobre a natureza, bem como seu uso inadequado. No entanto, a sensibilidade dos políticos é bem menor do que das massas que eles dizem representar, e o meio ambiente natural é vítima do descaso, irresponsabilidade e incompetência de entendimento sobre a necessidade de preservá-lo, mas já existem sinais de reação. Algumas reuniões como a de Estocolmo em 1972, ECO em 1992 e a II Cimeira da Terra em 1997, discutiram a gravidade do problema.

Contudo, é lamentável concluir que a destruição do planeta é decorrente da contribuição maior das nações mais desenvolvidas, pois são as que mais poluem e afetam o sistema ecológico.

### *2.2.2 Conseqüências e Problemas Ambientais*

Conforme Barbosa (2007), a ação do homem sobre o meio ambiente sempre trouxe reflexos negativos, porém no século XVIII, chegou ao extremo, quando a revolução industrial e o capitalismo levaram ao aumento da produção, e conseqüentemente do volume de matéria-prima empregada nos processos produtivos sem a visão futura da poluição.

Desta forma, a contabilidade ambiental procura evidenciar através de seus relatórios e demonstrativos todos os eventos e transações ligadas ao meio ambiente que influenciem a situação econômica e financeira da empresa.

Nesse contexto, na avaliação de Martins e De Luca (1994, p. 25):

As informações a serem divulgadas pela contabilidade vão desde os investimentos realizados, seja em nível de aquisição de bens permanentes de proteção a danos ecológicos, de despesas de manutenção ou correção de efeitos ambientais do exercício em curso, de obrigações contraídas em prol do meio ambiente, e até de medidas físicas, quantitativas e qualitativas, empreendidas para sua recuperação e preservação.

Tinoco e Kraemer (2004, p.36-42) destacam as principais conseqüências ocorridas no Brasil e no mundo que tiveram grandes repercussões e trouxeram graves prejuízos ambientais, são eles:

**Quadro 1 – Consequências Ambientais**

<b>Evento</b>	<b>Conseqüências</b>
Em 1930, na Bélgica ocorreu o primeiro grave acidente ambiental, uma expressa nevoa cobriu uma zona industrial.	Tosse, dores no peito, dificuldades de respirar, irritação na mucosa nasal e nos olhos na população e cerca de 70 pessoas haviam morrido e centenas de outras ficaram enfermas ao final de cinco anos
Em 1950, Minamata no Japão, ocorreu um acidente com derramamento de mercúrio.	700 pessoas morreram e 9.000 ficaram doentes crônicos.
Em 1976, em Severo na Itália, ocorreu um grande incêndio numa indústria de pesticida originou uma pequena nuvem branca que continha apenas dois quilos e meio de dioxina, que logo foi disseminada pela atmosfera na região.	Nas crianças o aparecimento de pontos vermelhos e borbulhas na pele, além de sofrerem problemas renais e vômitos constantes. As mulheres grávidas geraram, meses mais tarde, crianças sem cérebro e com deformações físicas diversas. Pelas estatísticas da época, mais ou menos 5000 italianos teriam sido vítimas desse acidente. Organizações ambientalistas informaram que o número de contaminados foi de 100.000.
Em 1984, em Bhopal, ocorreu um vazamento acidental de gás metil isocianato nas instalações da multinacional Union Carbide.	Pelas estatísticas, morreram 3.323 pessoas, 35.000 ficaram doentes crônicas e foram retiradas com urgência 200.000 pessoas. Devido a repercussão negativa mundial, as Associações Nacionais de Indústrias Químicas lançaram um Guia Orientativo dos Códigos de Proteção Ambiental, conhecido mundialmente como Atuação Responsável.
Em 2000, no Rio de Janeiro, um viaduto avariado da Petrobras permitiu que 1,3 milhão de litros de óleo contaminasse o maior cartão postal do país, a Baía de Guanabara.	Contaminação com o óleo que esparramou-se por uma faixa de três quilômetros, atingindo praias da ilha de Paquetá e 1.434 hectares da Área de Proteção Ambiental de Guapimirim, a reserva ,mais importante da Baía de Guanabara e um a área de manguezal.

**Fonte:** Tinoco e Kraemer, 2004.

Portanto, todos esses acontecimentos trazem até hoje grandes conseqüências ao meio ambiente e a vida no planeta, que ficaram marcadas com essas tragédias e outras que sucederam esses eventos, e em decorrência disso agravaram-se os problemas ambientais, que de acordo com Tinoco e Kraemer (2008, p. 42) “esses problemas vividos no mundo são realmente decorrência da intervenção humana no

planeta e nos ecossistemas e são enfrentados a nível não só do Brasil, mas mundial”, e os principais são eles:

**Quadro 2 – Problemas Ambientais**

<b>Problemas Ambientais</b>	<b>Descrição</b>
Efeito Estufa	termo aplicado ao papel que desempenham certos gases como o dióxido de carbono, o metano, o óxido nitroso, os clorofluorcarbonos e o ozônio, presentes na atmosfera, no aquecimento da superfície terrestre. Esses gases formam uma camada que impede a dispersão no espaço das radiações solares refletidas pela Terra [ ]... o efeito estufa estão aumentando, como consequência da ação dos seres humanos. .
Destruição da camada de Ozônio	Ozônio é uma substância natural que ocorre desde o nível do solo até a atmosfera. Nela se produzem concentrações de ozônio de até 10 partes por milhão e se forma pela ação da luz solar sobre o oxigênio. Ao nível do solo, concentrações tão elevadas são perigosas para a saúde, mas como a camada alta de ozônio protege a vida do planeta da radiação ultravioleta cancerígena, sua importância é inestimável.
Poluição da Água	A poluição é encarada como uma perda no processo produtivo, e quase sempre resulta da incorporação à água de materiais estranhos como microorganismos, produtos químicos, resíduos industriais e de outros tipos, ou esgoto doméstico. Estas matérias deterioram a qualidade da água e a torna inútil para o uso pretendido.

**Fonte:** Tinoco e Kraemer, 2004.

Então, percebe-se no quadro 2 que esses problemas ambientais são totalmente influenciados pelas ações dos seres humanos, que de alguma forma contribuem para esses grandes problemas enfrentados hoje pelo mundo.

### *2.2.3 Evolução das Necessidades de Informações Ambientais*

Diante do impacto dos danos ambientais nas gerações atuais e seus reflexos para o futuro, a contabilidade ambiental vem crescendo cada dia mais, com isso, em uma economia baseada em recursos de informação, a concorrência entre as organizações baseia-se em sua capacidade de adquirir, tratar, interpretar e utilizar a informação de forma eficaz (BRAGA, 2007).

Nesse sentido, o crescimento ambiental aumenta a necessidade de informações ligadas ao meio ambiente, mais organizadas, compreensivas, precisas e atuais.

Diante desse novo cenário, as empresas estão sendo cobradas a todo o momento, pela sociedade, governo, órgãos de fiscalização sobre informações a respeito das ações que elas estão desenvolvendo com relação ao meio ambiente, pois não se admite mais empresas que não tenha respeito e zelo pelo meio ambiente.

A Contabilidade como uma ciência de divulgação procura evoluir a ponto de produzir e evidenciar todos os eventos e transações ligadas ao meio ambiente que são geradas pelas empresas nos mais variados setores.

Em sua relação com meio ambiente, a Contabilidade deixa de divulgar a quantificação monetária das ocorrências ambientais. Depara-se com o problema de mensuração da evolução econômica de uma empresa, levando-se em conta sua relação com a natureza, sua evolução histórica em tal relacionamento e a parametrização para comparação com seu setor, assim como o mercado.

Nas demonstrações contábeis, verificamos que elas não permitem a seus usuários a inferência sobre a posição econômica da empresa em sua relação com o meio ambiente, não apresentando subsídios suficientes para projeções futuras ou tomadas de decisões baseadas nesse relacionamento.

Segundo Correia (2003) com a globalização, as empresas para continuarem competitivas no mercado devem estar atentas as informações geradas com a preocupação de acompanhar o ambiente de mudanças, que elas estão inseridas.

## 2.3 Custos, Ativos, Passivos, Receitas e Despesas Ambientais

### 2.3.1 Custos Ambientais

Segundo Tinoco e Kraemer (2004, p. 168) “Os custos ambientais são apenas um subconjunto de um universo mais vasto de custos necessários a uma adequada tomada de decisões”, e Carvalho (2007, p. 139) complementa dizendo que:

Os custos de degradação ambiental devem ser internalizados pela empresa, e não externalizados para sociedade, seguindo o princípio do poluidor-pagador, ou seja estes custos devem ser pago pelas empresas poluidoras e não repassados para o cliente no preço dos produtos.

Mas o que observar-se é que o preço das matérias-primas escassas, da poluição e da deposição dos rejeitos, numa perspectiva macroeconômica, são repassados para a sociedade não refletindo os seus verdadeiros custos que segundo Tinoco e Kraemer (2004) os custos ambientais decorrentes do tramento de areas contaminadas ou degredadas são usualmente suportados pelo público em geral e não poluidor, que é o responsavel por todos esses custos de acordo com o principio do poluidor – pagador.

Para Costa (2008, p. 45)

Os custos ambientais representam todo empenho, todo esforço direta ou indiretamente vinculado a qualquer gasto, independentemente de desembolso, relativo a bens ou serviços que visem, única e exclusivamente, à preservação do meio ambiente.

Com isso, conclui-se que todos os custos que tenham relação com o meio ambiente devem ser classificados como custos e os que não forem reconhecidos no momento de seu fato gerador com a classificação pertinente, devem ser segundo Paiva (2003),

apresentados no futuro como passivos não reconhecidos, repercutindo negativamente. Enquanto que, alguns custos, se reconhecidos no presente, evitarão transtornos às empresas, dado que não são responsáveis pelos produtos até o final do ciclo de vida dos mesmos.

### *2.3.2 Ativo Ambiental*

Os Ativos ambientais são conjuntos de bens e direitos da empresa que são destinados ou provenientes da atividade de gerenciamento ambiental, ou adquiridos pela companhia com a finalidade de controlar, preservar e recuperar o meio ambiente, resultante de uma transação atual ou realizadas no passado, e que possuem capacidade de gerar benefícios econômicos futuros. (TINOCO e KRAEMER, 2004).

De acordo com Ribeiro (2006, p.111), “os ativos ambientais devem ter classificação, controle e divulgação destacadas nos grupos do Ativo”. Contudo, deverão ser classificados em títulos contábeis específicos, identificado, de forma adequada, os estoques ambientais, o ativo permanente imobilizado ambiental e o diferido ambiental.

De acordo com os autores citados acima observa-se que as contas de natureza ambiental devem ser classificadas em contas e grupos específicos para melhor análise e apresentação nas demonstrações contábeis.

Encontra-se atualmente algumas polêmicas referentes à identificação dos ativos ambientais, isso ocorre devido ao surgimento das chamadas “tecnologias limpas”. Para Ribeiro & Gratão (2000, p. 4) “essas tecnologias compreendem novos meios de produção dotados de mecanismos que impedem a produção de refugos”. Quando se tratar de meios de produção e transformação, são classificados como ativos operacionais propriamente ditos e não ativos ambientais. (TINOCO e KRAEMER, 2004)

Ainda de acordo com Tinoco e Kraemer (2004, p.176):

As características dos ativos ambientais são diferentes de uma organização para outra, pois a diferença entre os vários processos operacionais das distintas atividades econômicas devem compreender todos os bens utilizados no processo de proteção, controle, e preservação do meio ambiente.

Neste sentido, uma empresa usa seus ativos sacrificados em troca, provisionando futuramente um retorno satisfatório no fluxo de caixa. Este fluxo de caixa pode ser precedido de um fluxo de serviços, mas outros servem, em última análise para gerar fluxo de caixa. (IUDÍCIBIUS e MARION, 2002).

### 2.3.3 *Passivo Ambiental*

Os passivos ambientais são os resultados sacrificios utilizados a favor do meio ambiente, que segundo Ribeiro (2006, p. 76) o conceitua como:

O termo passivo ambiental que se referir aos benefícios econômicos, ou aos resultados que serão sacrificados em razão da necessidade de preservar, proteger e recuperar o meio ambiente, de modo a permitir a compatibilidade entre este e o desenvolvimento econômico, ou em decorrências de uma conduta inadequada em relação a estas questões.

Neste sentido, os passivos ambientais são danos causados ao meio ambiente, representando a obrigação, a responsabilidade social da empresa com aspectos ambientais, ou seja, toda e qualquer obrigação de curto e longo prazo, destinadas única e exclusivamente a promover investimentos em prol de ações relacionadas à extinção ou amenização dos danos causados ao meio ambiente (KRAEMER, 2005).

Segundo o Ibracon, na Norma e Procedimento de Auditoria NPA 11 – Balanço e Ecologia, conceitua - “O Passivo Ambiental pode ser conceituado como toda agressão que se praticou/pratica contra o meio ambiente e consiste no valor de investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como multas e indenizações em potencial”.

Os passivos ambientais, segundo Tinoco e Kramer (2008, p.183):

normalmente são contingências formadas em longos períodos, sendo despercebidos às vezes pela administração da própria empresa. Normalmente, surgem da posse e do uso de uma mina, uma siderúrgica, ou um lago, rio, mar e de uma série de espaços que compõe nosso meio ambiente, inclusive o ar que respiramos, e que de alguma forma estão sendo prejudicados, ou ainda pelo processo de geração de resíduos ou lixos industriais, de difícil eliminação.

Conforme Ribeiro e Gratão (2000), os Passivos Ambientais, tornaram-se conhecidos pela sua conotação negativa, ou seja, as empresas que o possuem agrediram significativamente o meio ambiente e, dessa forma, têm que pagar grandes quantias a título de indenização de terceiros, de multas e gastos para a recuperação de áreas danificadas. Mas Tinoco e Kraemer (2004) ressaltam que os Passivos Ambientais não tem sua origem apenas em fatos de conotação negativa, podem também originar-se de atitudes ambientalmente responsáveis.

Para Ribeiro & Lisboa (2000, p.179), "os passivos ambientais podem ter como origem qualquer evento ou transação que reflitam a interação da empresa com o meio ecológico, cujo sacrifício de recursos econômicos se dará no futuro". Como exemplo os autores citam:

- Aquisição de ativos para contenção dos impactos ambientais (chaminés, depuradores de água química etc);
- Aquisição de insumos que serão inseridos no processo operacional para que este não produza resíduos tóxicos;
- Despesas de manutenção e operação de 'departamento' de gerenciamento ambiental, inclusive mão-de-obra; (RIBEIRO e LISBOA, 2000; p. 179)

Segundo Ribeiro (2006, p.77), as obrigações decorrentes do passivo ambiental podem ser classificadas como:

- Legais – provenientes de instrumentos com força legal (legislações, penalidades impostas por lei etc.);
- Justas (equitable) – refletem as obrigações que a empresa se vê obrigada a cumprir por fatores éticos e morais, independentemente de lei;
- Construtivas – a empresa se propõe espontaneamente a cumprilas, extrapolando as exigências legais.

De acordo com a classificação de Ribeiro observa-se que as obrigações podem ser decorrentes da legislação, por fatores éticos e por cumprimento de compromissos assumidos independente de lei.

Já Tinoco e Kraemer (2004) classificam os passivos ambientais em Normais, são aqueles quando os materiais poluidores do meio ambiente são reaproveitados, e Anormais, que são os decorrentes de situações não possíveis de controle pelas empresas e fora do contexto das operações.

Tratando-se de fatos geradores ocorridos em exercícios anteriores e que não possa ser atribuído a fatos subseqüentes, Ribeiro e Lisboa (2000, p.11) diz que “a contrapartida dos ajustes deveria ser também feita diretamente à conta de Resultados do exercício em curso”, dado que de acordo com a lei 6.404/76, os Resultados de exercícios anteriores só devem ser alterados em função de mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinados exercícios anteriores.

Tratando-se da mensuração dos passivos ambientais ela envolve na maioria das vezes variáveis complexas, dificultando o seu reconhecimento. Ultimamente estão utilizando a identificação do passivo ambiental em avaliações para negociações de empresas e em privatizações, pois a responsabilidade e a obrigação da restauração ambiental podem recair sobre os novos proprietários, funcionando como um elemento de decisão no sentido de identificar, avaliar e quantificar custos e gastos ambientais potenciais no decorrer do tempo a curto, médio e longo prazo (MALAFAIA, 2004).

O cuidado que se há de ter com o passivo ambiental não está restrito ao empresário ou industrial, mas atinge o cidadão comum no seu cotidiano. De acordo com

Jacometo (2004), a grande dificuldade que a ciência encontra é como mensurar um passivo ambiental.

#### 2.3.4 Despesa Ambiental

Despesas de acordo com Hendriksen e Van Breda (1999, p. 232) “constituem o uso ou consumo de bens e serviços no processo de obtenção de receitas”. Tratando-se gestão ambiental, para Ribeiro (2006, p. 50) as despesas ambientais são representados por “todos os gastos envolvidos com o gerenciamento ambiental, consumidos no período e incorridos na área administrativa”.

As despesas ambientais segundo Tinoco e Kraemer (2004, p.187) são classificadas em : despesas operacionais e despesas não operacionais.

As **operacionais** são as que citamos e devem ser evidenciadas na Demonstração do Resultado do Exercício, enquanto as **não operacionais** são as que decorrem de acontecimentos ocorridos fora da atividade principal da entidade como: multas, sanções e compensações de terceiros.

Esse mesmo autores acima descrevem que as empresas incorrem nas seguintes despesas ambientais em seu processo produtivo:

- ocasionadas pela preservação de contaminação realacionada com as atividades operacionais atuais;
- tratamento de resíduos e vertidos;
- tratamento de emissões;
- descontaminação;
- restauração;
- materiais auxiliares e de manutenção de serviços;
- depreciação de equipamentos;
- exaustões ambientais;
- pessoal envolvido na produção;
- gestão do meio ambiente;
- investigação e desenvolvimento;
- desenvolvimento de tecnologias mais limpas;

- auditoria ambiental.(TINOCO e KRAEMER, 2004; p. 186)

Então as despesas ambientais são decorrentes de atividades da empresa e que gerem receitas, que beneficiam a entidade e o meio ambiente de forma ampla.

### *2.3.5 Receita Ambiental*

Segundo Ludícibus e Marion, (2000, p.173) a receita pode ser definida como:

(...) o acréscimo de benefícios econômicos durante o período contábil na forma de entrada de ativos ou decréscimo de exigibilidade e que redundam num acréscimo do patrimônio líquido, outro que não o relacionado a ajustes de capital (...)

Com o pensamento voltado para a contabilidade ambiental, de acordo com Tinoco e Kraemer (2004, p. 187) as receitas ambientais são aquelas decorrentes da:

- prestação de serviços especializados em gestão ambiental;
- venda de produtos elaborados a partir de sobras de insumos do processo produtivo;
- redução do consumo de matérias-primas;
- redução do consumo de energia;
- redução do consumo de água;
- participação no faturamento total da empresa que se reconhece como sendo devida a sua atuação responsável com o meio ambiente.

Segundo Tinoco e Kraemer (2004, p.188) também são consideradas como receitas ambientais todo “o ganho de mercado que a empresa passa a auferir a partir do momento em que a opinião pública reconhece sua política preservacionista e der preferência aos seus produtos”.

O objetivo principal da implantação da gestão ambiental não consiste em gerar receita para a empresa, mas sim, em desenvolver uma política responsável acerca dos problemas ambientais. Mas isto não impede que a empresa tire algum proveito econômico deste processo. Corroborando com esta idéia, Ribeiro e Martins (1993, p.35) considera que:

A maciça conscientização da sociedade em muitos lugares veio afetar a imagem da empresa junto ao seu público consumidor, o qual passou a ser forte elemento de pressão para as empresas começarem a investir no controle ambiental, visto que dele depende a evolução do fluxo de receitas da empresa.

Com isso as empresas cada vez mais estão preocupadas em prestar contas a sociedade através das informações contábeis ambientais produzidas pela contabilidade sobre seus atos ligados ao meio ambiente.

## **2.4 Evidenciação das Informações Ambientais**

De acordo com Ribeiro (2006), atualmente, mudanças decorrentes da globalização dos mercados, do uso dos gastos relacionados com as ações ambientais para promover a imagem da empresa e seus produtos ou serviços, fazem com que continuem ocorrendo importantes mudanças no comportamento empresarial, tornando os relatórios anuais ricos em informações de natureza qualitativa.

Segundo Ribeiro (2006, p. 108):

Embora se percebam, de fato, excessos de marketing é preciso reconhecer o fator positivo: a informação prestada tem estimulado os concorrentes a realizar ações semelhantes ou melhores, o que resulta, portanto, no benefício da sociedade como um todo.

Infelizmente algumas empresas usam as informações ambientais para valorizarem a sua imagem e de certa forma fazer um marketing, mas a sociedade está cada vez mais atenta a essas propagandas e cobrando uma postura cada vez mais responsável dessas empresas com o meio ambiente.

Segundo Iudicibus (2006) a evidenciação deve incluir no relatório de administração as seguintes informações relativas a recursos humanos e ao meio ambiente: Informações sobre a estrutura organizacional e gerencial da empresa; Informações sobre assuntos de trabalho e emprego; Responsabilidade social com referências específicas sobre segurança do público consumidor e Proteção aos recursos naturais.

Referente as notas explicativas, deve-se adotar para mensuração da proteção ambiental a inclusão das políticas contábeis como:

- inclusão nas despesas operacionais;
- capitalização e amortização;
- estabelecimento de provisões e reservas para contingências;
- evidenciação das obrigações contingentes;
- seguro contra danos e prejuízos;
- tratamento de subsídios e incentivos governamentais. (MARTINS e DE LUCA; 1994, p. 27)

Na opinião de Ribeiro (1992), deveria também ser informados as diretrizes ambientais das empresas, como: comprometimento das empresas com as questões ambientais; impacto de suas operações com o meio ambiente; estágio de adaptação de seu processo operacional e condições ambientalmente saudáveis e medidas adotadas para reduzir os efeitos da poluição.

Segundo Nossa (2002 apud TINOCO e KRAEMER, 2004), destacam-se como principais usuários e interessados nas informações ambientais contidas nos relatórios, os credores, as companhias seguradoras, os investidores e gestores de fundos ambientais e os analistas financeiros.

Observa-se que através de opiniões de diversos autores renomados, como Paiva (2003), Kraemer (2005) e Ribeiro (2006) a necessidade de gestores eco eficiente,

para demonstrar através da evidenciação dos fatos contábeis que as suas ações contribuem não apenas para o enriquecimento de seus sócios e sim para uma sociedade mais justa, mostrando assim a preocupação da empresa com as questões de preservação ambiental para as futuras gerações.

#### *2.4.1 Conteúdos e Objetivos da Evidenciação*

Evidenciar, mas mais é do que torna público, ou seja, apresentar informações variadas aos vários tipos de usuários.

Para Ribeiro (2006, p. 108), evidenciação implica perguntar:

**O quê?** todas as informações relativas aos eventos e transações envolvidos com a questão ambiental, entre elas podemos citar os ativos, passivos, receitas, despesas e custos ambientais;  
**Como?** com o grau de detalhamento exigido pela relevância dos valores e pela natureza dos gastos relativos à interação entre a empresa e o meio ambiente; .

Esses são os primeiros questionamentos que deve-se fazer para saber o que realmente evidenciar e como deveram ser evidenciados as informações de caráter ambiental.

Então como forma de evidenciação de fatos relacionados com a Contabilidade Ambiental, Ribeiro e Martins (1993, p. 12) revelam a:

Existência de duas correntes de pensamento, sendo que a primeira propõe a implantação de um novo relatório apenas as demonstrações contábeis; tratando somente das questões ambientais; em outra sugere a inclusão destes dados nas atuais demonstrações mantendo o padrão já utilizado, mas apresentando contas e notas específicas.

Os autores também entendem que no curto prazo a segunda opção seria mais viável, desde que:

Se trata de aspectos inseridos no contexto operacional das empresas e, inclusive, para atender a necessidade imediata de a Contabilidade estar melhor informando seus usuários sobre o real valor patrimonial das empresas, sem maior perda de tempo em um processo de elaboração e implementação de um novo relatório (RIBEIRO e MARTINS, 1993, p.12).

Observa-se que as informações ambientais devem ser amplamente divulgadas afim de torna lícitos tudo que a empresa faz com relação ao meio ambiente e que essa divulgação seria mais viável nos demonstrativos já existentes, por estes já serem definidos sua forma de apresentação pela legislação, o que contribuiria para uma padronização e comparação dos resultados gerais da empresa.

Outro questionamento sugerido por Ribeiro (2006, p. 108) para orientar na evidenciação das informações ambientais seria perguntar “**Quando?** o registro contábil deverá ser feito no momento em que o fato gerador ocorrer, ou no momento em que houver informações adicionais e complementares”.

Com isso verifica-se que o momento para evidenciar as informações é na hora em que elas ocorrerem para não ferir o Princípio da Oportunidade, que refere-se a tempestividade e integridade do registro.

Para Paiva (2003, p. 48):

As ações devem ser postas em prática proporcionando a defesa, conservação e recuperação do meio ambiente. A postura antecipadora e de caráter preventivo passa a ser delineadora, e toda e qualquer ação por parte da empresa deve ser revelada aos clientes atuais e potenciais, assim como aos fornecedores e outros usuários das informações contábeis.

Então todos os usuários tem que ter direito e acessos a todas as informações fornecidas pela empresa em todos os seus aspectos.

Finalizando os questionamentos proposto por Ribeiro (2006, p. 108) ele pergunta: “**Onde?** idealmente, no corpo das demonstrações contábeis e nas notas explicativas, dependendo da extensão e natureza das informações a serem prestadas”.

Atualmente, as formas tradicionais de evidenciação de fatos ou transações ambientais, mais utilizadas pelas empresas, são segundo Paiva (2006, p. 53) são as compostas pelo “relatório da administração e notas explicativas, e as formas alternativas, encontradas em páginas da internet e divulgações esporádicas em revistas de grande circulação, estas ainda elementares”.

Todos estes questionamentos: o que, como, quando e onde, são necessários para o melhor entendimento sobre o conteúdo da evidenciação.

De acordo com Tinoco e Kraemer (2004, p.256) a evidenciação tem como objetivo:

Divulgar informações do desempenho econômico, financeiro, social e ambiental das entidades aos parceiros sociais, os stakeholders, considerando que os demonstrativos financeiros e outras formas de evidenciação não devem ser enganosos.

Verifica-se que o objetivo da evidenciação está ligado ao seu conteúdo, já que é divulgar todas as informações da empresa em todos os seus aspectos, econômico, financeiro, social e ambiental, através dos seus demonstrativos tradicionais ou outras formas alternativas de evidenciação.

Segundo Hendriksen e Van Breda (1999, p. 511), “a divulgação financeira deve fornecer informações úteis a tomada de decisões racionais de investimento, a concessão de créditos por investidores e credores atuais e futuros bem como outros usuários”. Do ponto de vista social ela é considerada inadequada, já que ignora completamente as relações socioambientais que nos permeiam.

### 2.4.2 Formas de Evidenciação

Existem atualmente diversas formas de evidenciação disponíveis, para Iudicibus (2006, p. 126) as tradicionais são:

1. forma e apresentação das demonstrações contábeis;
2. informações entre parênteses;
3. notas explicativas;
4. quadros e demonstrativos suplementares;
5. comentários do auditor; e
6. relatórios da administração.

Analisando as normas pertinentes às formas de evidenciação pode-se observar que não demonstram uma preocupação objetiva com o meio ambiente e a proteção ambiental. A este respeito cita-se o Parecer de Orientação nº 15/87 emitido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que apenas sugere uma nota no Relatório da Administração, quanto aos investimentos efetuados em prol do meio ambiente, sem detalhar, e apenas uma referente a recursos humanos, todavia sem identificá-los e nada mais.

Da mesma forma, a Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/76, é ainda mais restrita quanto ao que divulgar de forma geral, não faz referência ao meio ambiente.

De acordo com Iudicibus e Marion (2000) ele propõe no Relatório de Administração (RA) que as informações relativas a recursos humanos e o meio ambiente sejam apresentadas de forma abrangente tanto quantitativa como qualitativamente.

Com relação a informações relativas ao meio ambiente para Tinoco e Kraemer (2004, p.256) elas devem incluir "Responsabilidade social, com referências específicas sobre segurança do público consumidor e da comunidade e proteção ambiental".

Atualmente as empresas têm evidenciado seu envolvimento em questões ambientais, quer através da elaboração do Balanço Social, anexo às demonstrações

contábeis, ou através de evidenciação de sua inserção visando à preservação do meio ambiente no relatório da administração, anexo à publicação das demonstrações contábeis, ou da divulgação em relatórios ambientais ou relatórios socioambientais. (TINOCO e KRAEMER, 2004)

## 2.5 Auditoria Ambiental

No final da década de 70, nos Estados Unidos, surgiu a auditoria ambiental com o objetivo principal de verificar o cumprimento da legislação. De acordo com Silva e Assis (2003; p. 7) a auditoria ambiental:

Era vista pelas empresas norte-americanas como uma ferramenta de gerenciamento utilizada para identificar, de forma antecipada, os problemas provocados por suas operações. Essas empresas consideravam a auditoria ambiental como um meio de minimizar os custos envolvidos com reparos, reorganizações, saúde e reivindicações. Muitas empresas aplicavam, também, a auditoria para se prepararem para inspeções da Environmental Protection Agency - EPA e para melhorar suas relações com aquele órgão governamental.

Segundo os autores inicialmente a auditoria era aplicada como forma das empresas se adequarem para as fiscalizações de órgão governamentais existentes, e como ferramenta de gerenciamento pelas empresas norte americanas para identificar os problemas decorrentes das operações da empresa.

Silva e Assis (2003; p. 8) apresentam que a auditoria ambiental sobre base normalizada a nível internacional:

Começou a ser discutida em 1991 com a criação do *Strategic Advisory Group on Environment* – Sega no âmbito da ISO. A discussão se amplia mundialmente, em 1994, com a divulgação dos projetos de norma dentro da série ISO 14000. Em 1996, tais projetos de norma são alcançados à categoria de norma internacionais, sendo adotadas pelos países participantes da ISO.

Em dezembro de 1996 no Brasil, a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, apresentou os princípios gerais referentes à Auditoria Ambiental, apontados pelas NBR ISO 14010 que estabelece os princípios gerais para as auditorias ambientais; NBR ISO 14011 apresenta diretrizes para a auditoria ambiental procedimentos de auditoria e a NBR ISO 14012 que fornece informações sobre os critérios de qualificação para os auditores ambientais.

De acordo com a NBR ISO 14010 (ABNT, 1996c):

Auditoria ambiental é o processo sistemático e documentado de verificação, executado para obter e avaliar, de forma objetiva, evidências de auditoria para determinar se as atividades, eventos, sistema de gestão e condições ambientais especificados ou as informações relacionadas a estes estão em conformidade com os critérios de auditoria, e para comunicar os resultados deste processo ao cliente.

De acordo com Ferreira (2003; p. 89), “a auditoria, para atender à necessidade de informação sobre as empresas”, começou a desenvolver estudos, principalmente com base em fatos ocorrido na Índia com a empresa Union Carbide(1984) e com a tragédia parecida que aconteceu no Alaska (EUA), com o vazamento de óleo no mar, provocado pela empresa Exxon(1989).

Segundo Ferreira(2003, p. 89):

Nos dois casos, percebeu-se que ambas as empresas não tinham em suas demonstrações contábeis, nem sequer sob a forma de notas explicativas, nenhuma menção aos prováveis riscos em que elas estavam incorrendo com a poluição do meio ambiente e quanto à conseqüente necessidade de indenizar pessoas ou governos, ou ainda quanto a gastos de recuperação ambiental pelos danos causados por atividades de sua responsabilidade.

Contudo, para que a auditoria possa ser mais um instrumento de gestão ambiental foram desenvolvidos padrões de ações e de processos relativos às operações de empresas que causam impacto no meio ambiente. Os procedimentos metodológicos que devam ser adotados na auditoria ambiental não divergem muito da auditoria contábil, uma

vez que aquela deverá ser realizada periodicamente de forma a manter um controle da gestão ambiental observando se a planta industrial está compatível com os padrões de emissão de poluentes de acordo com a legislação ambiental.

Demonstrar a importância da realização da auditoria ambiental, a cada ano que passa, faz com que a sociedade cobre das empresas maior respeito com o meio ambiente.

## 2.6 Legislação Ambiental

No Brasil, ainda são comuns os crimes cometidos contra o meio ambiente. Apesar da existência de instrumentos normativos e punitivos existem aquelas pessoas, jurídicas ou físicas, que não levam em consideração os mesmos quando visto seus próprios interesses como prioritários, em se tratando do governo brasileiro, este vem buscando o aprimoramento e tratamento das questões de natureza ambiental, editando normas para coibir ações irregulares, instituindo rigorosas penalidades que em alguns casos podem afetar significativamente o patrimônio da entidade.

Dentre as normas estabelecidas pelo governo, destaca-se algumas expostas no Quadro 3:

**Quadro 3 - Legislação Ambiental**

ATO	DATA	DISPOSIÇÃO LEGAL
Lei Nº 4.771	15-09- 1965	institui o novo Código Florestal, e também revoga o Decreto N. 23. 793, de 23 de janeiro de 1934 (Código Florestal).
Lei nº 6.803	02-07-1980	Diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição posteriormente alterada pela Lei Nº 7.804 de 18 de julho de 1989.
Constituição Federal - CAPITULO VI - DO MEIO AMBIENTE	1988	Art. 225. todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Decreto nº 99.274	06-06-1990	Regulamenta a Lei Nº 6. 902 de 27-04-1981 que trata da criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambientais e dá outras providências.
Res. CONAMA nº 1	08-03-1990	Problemas de níveis excessivos de ruídos incluídos entre os sujeitos ao controle da poluição do meio ambiente.
Res. CONAMA nº 2	08-03-1990	Poluição sonora que agrava a situação ambiental do homem.
Res. CONAMA nº 3	28-06-1990	Monitoramento de poluentes atmosféricos.
Res. CONAMA nº 8	06-12-1990	Limitação máxima de poluentes do ar em fontes fixas de poluição, ligadas aos processos de combustão industrial.
Lei nº 9.605	12-02-1998	Lei de crimes Ambientais, Sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.
LEI Nº 9.795	27-04-1999	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências

**Fonte:** autor, 2009.

Com todo rigor que o governo tem tratado as questões que agridem o meio ambiente o meio ambiente, ainda se tem observado com muita freqüência a falta de obediência aos instrumentos normativos, provocando significativas dificuldades ambientais e sociais constatadas no dia a dia.

### 3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

#### 3.1 Perfil dos Entrevistados

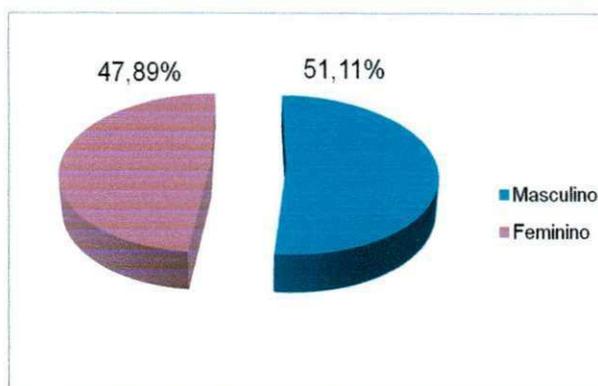
O perfil do egressos do Curso de Ciências Contábeis, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso(PPC) de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande, campus de Sousa/PB, em vigor, foi definido da seguinte forma:

O perfil do egresso do curso de Graduação em Ciências Contábeis como sendo um profissional crítico, e, acima de tudo, ético, dotado de conhecimentos inter e multidisciplinares, capacitado a compreender o cenário social, político, econômico e cultural em âmbito nacional e internacional. Dessa forma, o curso, visa viabilizar sua inserção numa sociedade globalizada, com constantes alterações no mundo do trabalho. (PPC, 2004, p.18)

Acrescentando, o PPC (2004, p. 18) relata que:

O profissional contábil, embasado nos conhecimentos supracitados, terá melhores condições de atuar nas diversas áreas da Contabilidade, tais como: auditoria, perícia, controladoria e área governamental, contribuindo de forma efetiva com a sociedade de um modo geral e, em particular, com as organizações para as quais presta serviços.

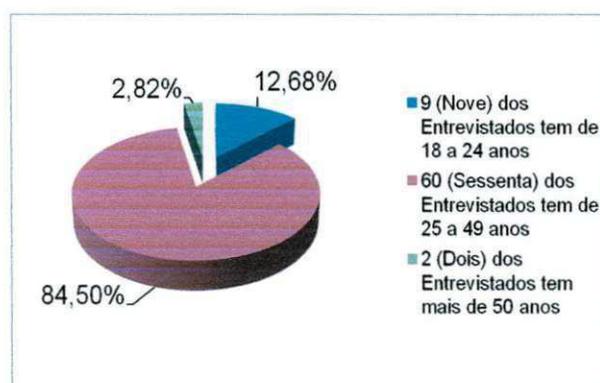
Através do Gráfico 1 pode-se verificar o perfil dos entrevistado, referentes ao gênero, ficou constatado que dos 71 alunos entrevistados 51,11% são do gênero masculino, e com uma pequena porcentagem de diferença da quantidades de mulheres que são de 47,89%.



**Gráfico 1 – Gênero dos Entrevistados**

Fonte: Dados da pesquisa, 2009.

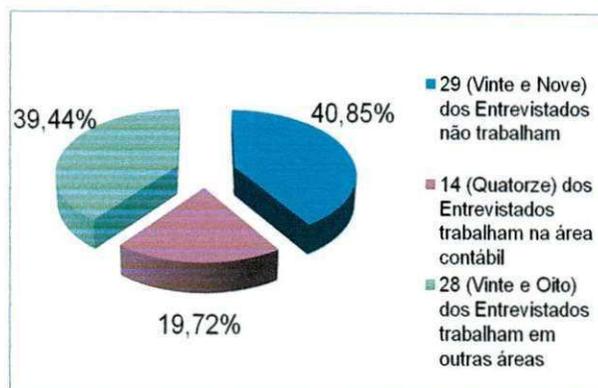
No Gráfico 2 apresenta-se a faixa etária dos entrevistados, que a grande maioria, ou seja, 60 dos entrevistados, que representa 84,50% tem entre 25 e 49 anos, seguida de 12,68% com idade de 18 a 24 anos e com 2,82% mais de 50 anos, com isso constata-se que os novos profissionais que estão entrando no mercado de trabalho possuem uma faixa etária baixa, com isso espera-se que sejam mais fáceis de se adaptarem as constantes mudanças do mercado.



**Gráfico 2 – Faixa Etária dos Entrevistados**

Fonte: dados da pesquisa, 2009.

No Gráfico 3 foi verificado que ao serem questionados se trabalham, 42 dos entrevistados responderam que já trabalham e destes 14 trabalham na área contábil, mostrando que a maioria já está inserida no mercado de trabalho.



**Gráfico 3 – Entrevistados que Trabalham**

Fonte: dados da pesquisa, 2009.

Em relação ao perfil dos entrevistados conclui-se que a maioria são do gênero masculino, inseridos em uma faixa etária entre 25 e 49 anos e 40,85% ainda não trabalham o que demonstra que eles só estudam podendo dedicar-se mais ao curso.

### 3.2 Análise das Informações Coletadas

A análise dos dados coletados na pesquisa de campo com os alunos concludentes do curso de Ciências Contábeis de uma IES pública na cidade de Sousa/PB, que foram o foco da pesquisa resultaram nos seguintes dados apresentados a seguir.

No universo dos alunos entrevistados todos já cursaram Contabilidade Ambiental, pois na IES em estudo é uma disciplina obrigatória, para a conclusão do curso, na Tabela 1 mostra que dos 71 alunos, 81,69% disseram não terem cursado nenhuma outra disciplina correlata. Numa análise mais detalhada verificou-se também, que além do componente curricular Contabilidade Ambiental a instituição oferece as disciplinas correlatas, de forma não obrigatória são elas: Desenvolvimento Sustentável e Direito Ambiental.

**Tabela 1- Cursaram disciplinas correlatas à Contabilidade Ambiental**

Respostas	Qde de entrevistados	%
SIM	13	18,31
NÃO	58	81,69
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>100</b>

Fonte: dados da pesquisa, 2009.

Na Tabela 2 observa-se que apenas 12 dos alunos entrevistados, responderam que cursaram outras disciplinas correlatas além do componente curricular de Contabilidade e Educação Ambiental.

**Tabela 2-** O número de disciplinas correlatas a Contabilidade Ambiental já cursadas

<b>Respostas</b>	<b>Qde de entrevistados</b>	<b>%</b>
UMA	5	41,67
DUAS	3	25,00
MAIS DE DUAS	4	33,33
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>100</b>

Fonte: dados da pesquisa, 2009.

Diante da pergunta sobre a frequência de participação em alguma palestra ou eventos na área de Contabilidade Ambiental, conforme a Tabela 3, 84,51% já haviam participado de algum evento da área, o que demonstram a preocupação e interesse em obter informações nesta área.

**Tabela 3-** Participaram em palestras ou eventos na área de Contabilidade Ambiental

<b>Respostas</b>	<b>Qde de entrevistados</b>	<b>%</b>
SIM	60	84,51
NÃO	11	15,49
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>100</b>

Fonte: dados da pesquisa, 2009.

No questionamento relacionado a opinião dos alunos sobre a literatura de materiais da área de Contabilidade Ambiental, 94,37% dos entrevistados disseram que a qualidade do material que existe a disposição abordam o assunto de forma clara e objetiva e apenas 5,63% disseram que não eram de boa qualidade conforme Tabela 4.

**Tabela 4-** A literatura de Contabilidade Ambiental aborda de forma objetiva e clara o assunto

Respostas	Qde de entrevistados	%
SIM	67	94,37
NÃO	4	5,63
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>100</b>

Fonte: dados da pesquisa, 2009.

O alto percentual de alunos que conhecem as particularidades da Contabilidade Ambiental é demonstrada explicitamente na resposta da pergunta onde foi pedido para o entrevistado fazer uma auto avaliação sobre seu nível de informação em relação as peculiaridades da Contabilidade Ambiental como consta na Tabela 5 onde 46, 48% atribuíram peso 4 em escala crescente de conhecimento, e 32, 39% atribuíram o peso Máximo 5 para o seu nível de conhecimento.

**Tabela 5-** Nível de informação em relação Contabilidade Ambiental

Respostas	Qde de entrevistados	%
1	4	5,63
2	2	2,82
3	9	12,68
4	33	46,48
5	23	32,39
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>100</b>

Fonte: dados da pesquisa, 2009.

Conforme consta na Tabela 6 a maioria dos alunos entrevistados ao atribuir um nível de importância da Contabilidade Ambiental para a formação do novo profissional contábil, 47,89% disseram ser totalmente importante, 30,99% disseram ser muito importante, 8,45% responderam que era pouco importante e 7,04% disseram que não é importante, demonstrando a falta interesses desses futuros profissionais em relação a essa área da contabilidade.

**Tabela 6-** Nível de importância atribuído a Contabilidade Ambiental para formação do novo profissional contábil

<b>Respostas</b>	<b>Qde de entrevistados</b>	<b>%</b>
Pouca importância	6	8,45
Razoável importância	4	5,63
Muita importância	22	30,99
Totalmente importante	34	47,89
Não é importante	5	7,04
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>100</b>

Fonte: dados da pesquisa, 2009.

Na tabela 7, será analisado o resultado da segunda parte do questionário onde foram feitas 10 perguntas sobre as peculiaridades da Contabilidade Ambiental e assuntos relacionados à área, visando medir o grau de conhecimento da mesma, por parte dos alunos concludentes.

Quando analisado o quantitativo de erros e acertos entre todas as perguntas feitas, chegamos a um número expressivo, que corrobora com o que foi presente durante toda a pesquisa, que em média 84,79% dos entrevistados responderam corretamente as perguntas a acerca das peculiaridades da Contabilidade Ambiental e apenas 15,21% das respostas estavam erradas como pode ser melhor apresentado na Tabela 7 abaixo:

**Tabela 7 – Peculiaridades da Contabilidade Ambiental**

<b>Perguntas</b>	<b>Respostas</b>			
	<b>Certo</b>	<b>Errado</b>	<b>Certo</b>	<b>Errado</b>
01) Ativo Ambiental	70	1	98,59%	1,41%
02) Passivo Ambiental	63	8	88,73%	11,27%
03) Custos Ambientais	61	10	85,92%	14,08%
04) Despesas Ambientais	57	14	80,28%	19,72%
05) Receitas Ambientais	61	10	85,92%	14,08%
06) Sistema de Gestão Ambiental	57	14	80,28%	19,72%
07) Auditoria Ambiental	59	12	83,10%	16,90%
08) Lei de crimes Ambientais	54	17	76,06%	23,94%
09) Goodwill	60	11	84,51%	15,49%

10) D.V.A.	60	11	84,51%	15,49%
Total			847,90%	152,10%
Média			84,79%	15,21%
Máximo			98,59%	23,94%
Mínimo			76,06%	1,41%
Desvio Padrão			0,0604	0,0604

Fonte: dados da pesquisa, 2009.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

As primeiras questões já apontam que a maioria dos entrevistados tem uma boa percepção sobre Contabilidade Ambiental e que 60 dos entrevistados já participaram de eventos ou palestras na área e consideram a literatura existente clara e objetiva o que facilita o aprendizado do conteúdo. Se o questionário terminasse nesse ponto a pesquisa já demonstraria um satisfatório grau de interesse e contato dos alunos com assuntos pertinentes a Contabilidade Ambiental, respondendo ao objetivo geral do estudo.

No decorrer do estudo também foram abordados todos os conceitos pertinentes a Contabilidade Ambiental e apresentados as suas peculiaridades, fundamentadas no referencial teórico deste trabalho, e após análise das informações coletadas na segundo questionário, percebe-se que a cerca das peculiaridades da Contabilidade Ambiental, os alunos pesquisados têm um conhecimento adequado, ou melhor, um nível satisfatório de informações sobre o tema, respondendo aos objetivos específicos propostos.

Os discentes precisam estar preparados para serem profissionais, aptos para exercer a profissão com qualificação, pois essa nova área da Contabilidade denominada de Contabilidade Ambiental, demanda por profissionais qualificados no mercado que está em ascensão, e que busca a sustentabilidade ambiental e empresarial.

Por fim, sugerem-se outras pesquisas sobre o tema que amplie a amostra estudada, que faça um comparativo entre instituições de diversas localidades e analise a grade curricular dos cursos de graduação em Ciências Contábeis.

## REFERÊNCIAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2004). **NBR ISO 14010, 14011, 14012**: 2004 – auditoria ambiental. Rio de Janeiro.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BARBOSA, Andreza França de Almeida. **Eficácia da Contabilidade Ambiental para os Meios Econômico, Financeiro e Ambiental**. 2007. Disponível em: <[HTTP://www.ambientelano.com.br/main\\_artigos\\_index.php?PID=16116](http://www.ambientelano.com.br/main_artigos_index.php?PID=16116)>. Acessado em: 02 nov. 2009.

BRAGA, Celia. **Contabilidade ambiental: ferramenta para gestão de sustentabilidade**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL, **Constituição Federal**. 1988.

\_\_\_\_\_, **Lei Nº 4.771**, de 15 de setembro de 1965. **Novo código florestal**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4771.htm)>. Acessado em: 02 nov. 2009.

\_\_\_\_\_, **Lei nº 6.803**, de 02 de julho de 1980. Diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição. Disponível em: <<http://www.unifap.br/ppgdapp/legislacao/complemento/Lei6803.htm?OpenDocument>>. Acessado em: 02 nov. 2009.

\_\_\_\_\_, **Lei Nº 7.804**, de 18 de julho de 1989. Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, a Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, a Lei nº 6.803, de 2 de julho de 1980, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7804.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7804.htm)>. Acessado em: 02 nov. 2009.

\_\_\_\_\_, **Decreto nº 99.274**, de 6 de junho de 1990. Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/decreto/Antigos/D99274.htm>> Acessado em: 02 nov. 2009.

\_\_\_\_\_, **Lei Nº 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm)>. Acessado em: 02 nov. 2009.

CARVALHO, Gardênia Maria Braga de. **Contabilidade Ambiental – Teoria e Prática**. Curitiba: Juruá Editora, 2007.

CONAMA, **RESOLUÇÃO nº 1**, de 8 de março de 1990. Dispõe sobre critérios de padrões de emissão de ruídos decorrentes de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as de propaganda política. Publicada no DOU nº 63, de 2 de abril de 1990, Seção 1, página 6408. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=98>> Acessado em: 02 nov. 2009.

CONAMA, **Resoluções nº 02, 03 e 08** de 1990. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano1.cfm?codlegitipo=3&ano=1990>>. Acessado em: 02 nov. 2009.

CORREIA, Marta Verônica de Souza. **Custos relevantes para tomada de decisões**: um estudo no setor têxtil do segmento de fiação e tecelagem alagoano. João Pessoa, 2003. 210p: il. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) UFPB – Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – UnB, UFPB, UFPE, UFRN. Disponível em: <[http://www.unb.br/cca/pos-graduacao/mestrado/dissertacoes/mest\\_dissert\\_026.pdf](http://www.unb.br/cca/pos-graduacao/mestrado/dissertacoes/mest_dissert_026.pdf)>. Acessado em 03 de Nov. de 2009.

COSTA, Carlos Alexandre Gehm da. **Contabilidade Ambiental do lixo urbano**: um estudo no município de Passo Fundo/RS. Blumenau, 2008, p. 141. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Regional de Blumenau. Disponível em: <[http://proxy.furb.br/tede/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=515](http://proxy.furb.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=515)>. Acessado em 03 de Nov. 2009

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Contabilidade ambiental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FRANCO, Hilário. **A Contabilidade na Era da Globalização: Temas Discutidos no XV Congresso Mundial de Contadores, Paris, de 26 a 29/10/1997**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HENDRIKSEN, E; VAN BREDA, M. **Teoria da contabilidade**. São Paulo, Atlas, 1999.

IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. NPA 11 – **Normas e Procedimentos de Auditoria – Balanço e Ecologia**, 1996. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/publicacoes/resultado.asp?identificador=223>>. Acessado em: 15 mar. 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

\_\_\_\_\_. **Curso de Contabilidade para Não Contadores**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JACOMETO, M. A. **Passivo ambiental: conceito moderno, velhas práticas**. disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br/>>. Acessado em 10 fev. 2004.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Passivo Ambiental**. 2005. Disponível em: <<http://www.gestaoambiental.com.br/articles.php?id=63&page=1>>. Acessado em: 15 out. 2009.

MARTINS, Eliseu; DE LUCA, Márcia Martins Mendes. **Ecologia via contabilidade**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, ano XXIII, n.86, p. 20-33, mar. 1994.

MALAFAIA, Raimunda Maciel Sacramento. **Passivo Ambiental: Mensuração, Responsabilidade, Evidenciação e Obras Rodoviárias**. Rio de Janeiro, 2004. IX SINAOP-TCE/RJ. Disponível em: <[http://www.tce.ba.gov.br/files/passivo\\_ambiental\\_mensuracao.pdf](http://www.tce.ba.gov.br/files/passivo_ambiental_mensuracao.pdf)>. Acessado em: 08 out. 2009.

NOMURA, Karen Lis; PINHEIRO, Simone Cantuaria. **Responsabilidade Social: Valor para as Empresas**. São Paulo: UFSP, 2006. Disponível em: <[http://marketing.incubadora.fapesp.br/portal/monografias/pdf/simonec\\_pinheiro.pdf](http://marketing.incubadora.fapesp.br/portal/monografias/pdf/simonec_pinheiro.pdf)>. Acessado em 10 out. 2009.

PAIVA, Paulo Roberto de. **Contabilidade ambiental: evidenciação dos gastos ambientais com transparência focada na prevenção**. São Paulo: Atlas, 2003.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande , 2004.

RIBEIRO, Maisa de Souza; GRATÃO, Ângela Denise. Custos ambientais – o caso das empresas distribuidoras de combustíveis. Trabalho apresentado no VII Congresso Brasileiro de Custos, Recife – PE – 28/07 a 04/08/00.

RIBEIRO, Maisa de Souza. LISBOA, L. P. **Passivo ambiental**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília - DF: ano 29, nº 126, p.08-19, Nov/dez.2000.

RIBEIRO, Maisa de Souza; MARTINS, Eliseu. **A Informação como Instrumento de Contribuição da Contabilidade para a Compatibilização no Desenvolvimento no Envolvimento Econômico e a Preservação do Meio Ambiente**. Caderno de Estudos nº 9 – São Paulo – FIPECAFI, Outubro de 1993. Disponível em: <[http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad09/info\\_contribuicao.pdf](http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad09/info_contribuicao.pdf)>. Acessado em: 02 nov. 2009.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade e meio ambiente**. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), FEA – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – USP – Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. **Contabilidade Ambiental**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.  
RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Marcos Alan Barbosa da; ASSIS, Maria das Dores Passos Castro de. Auditoria Ambiental. Petrolina, 2003. Disponível em: <[HTTP:// facape.br/ Sócrates/ trabalhos/auditoria%20ambiental.htm](http://facape.br/Sócrates/trabalhos/auditoria%20ambiental.htm)> Acessado em: 02 out. 2009.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – Questionário 01



Universidade Federal de Campina Grande – UFCG  
 Centro de Ciências Jurídicas e Sociais - CCJS  
 Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis - UACC  
 Bacharelado em Ciências Contábeis

Questionário 01

## DADOS GERAIS DOS ENTREVISTADOS

- 1- Sexo:  
 Masculino                       Feminino
- 2- Faixa etária do entrevistado:  
 18 a 24 anos  
 25 a 49 anos  
 maiores de 50 anos
- 3- Trabalham:  
 Não  
 Sim, na área contábil  
 Sim, em outras áreas

## QUESTÕES ACERCA DA CONTABILIDADE AMBIENTAL

- 4- Além da disciplina Contabilidade Ambiental, já cursou outras disciplinas correlatas?  
 sim                       não
- 5- Caso tenha respondido sim, na questão anterior, quantas?  
 uma  
 duas  
 mais de duas  
 Especifique quais: \_\_\_\_\_
- 6- Já participou de alguma palestra, congresso ou seminário sobre Contabilidade Ambiental?  
 sim                       não
- 7- Em sua opinião, a literatura existente sobre Contabilidade Ambiental aborda o assunto de forma objetiva e clara?  
 sim                       não
- 8- Qual o seu nível de informação em relação à Contabilidade Ambiental em escala crescente.
- |   |   |   |   |   |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|---|---|---|---|---|
- 9 – Qual o nível de importância da Contabilidade Ambiental que você atribui para formação do novo profissional contábil.  
 pouco importância  
 razoável importância  
 muita importância  
 totalmente importante  
 não é importante

## APÊNDICE B – Questionário 02



Universidade Federal de Campina Grande – UFCG  
Centro de Ciências Jurídicas e Sociais - CCJS  
Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis - UACC  
Bacharelado em Ciências Contábeis

Questionário 02

## QUESTÕES ACERCA DO CONTEÚDO DE CONTABILIDADE AMBIENTAL

- 01 - Equipamentos adquiridos visando à eliminação ou redução de agentes poluentes, com vida útil superior a um ano, são classificados como ATIVO AMBIENTAL?  
( ) certo ( ) errado
- 02 – Gastos realizados para conter um acidente com o reservatório de material tóxico ou altamente poluente provocado por raio, terremoto ou furacão, é classificada como PASSIVO AMBIENTAL?  
( ) certo ( ) errado
- 03- A restauração, descontaminação, tratamento de emissões são classificados como CUSTOS AMBIENTAIS.  
( ) certo ( ) errado
- 04 – Depreciação de equipamentos, gestão do meio ambiente e auditoria ambiental são classificadas como DESPESA AMBIENTAL?  
( ) certo ( ) errado
- 05 – Diminuição de despesas: em manutenção em segurança e assistência médica e medicamentosa a trabalhadores por diminuição de riscos são classificados como RECEITA AMBIENTAL?  
( ) certo ( ) errado
- 06 – O SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL possui as seguintes etapas sob forma de princípios: política do ambiente, planejamento, implantação, verificação e ações corretivas e revisão pela direção.  
( ) certo ( ) errado
- 07 – As ISO 14.010, 14.011, 14.012 são os documentos orientadores da AUDITORIA AMBIENTAL?  
( ) certo ( ) errado
- 08 - Em 1998 foi sancionada a Lei Federal 9.605 conhecida como Lei de Crimes Ambientais.  
( ) certo ( ) errado
- 09 - A diferença entre o valor atual da empresa como um todo, em termos de capacidade de geração de lucros futuros, e o valor econômico dos seus ativos, essa é a definição de GOODWILL.  
( ) certo ( ) errado
- 10 – A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO faz parte do Balanço Social.  
( ) certo ( ) errado